

A importância estratégica do incremento das relações culturais entre a América Latina e a União Européia*

*Pedro Amaral***

Boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar deste Colóquio, e a presença de todos neste auditório. Isso dito, eu gostaria de estabelecer o princípio norteador desta pequena contribuição que trago para o nosso debate, que consiste no entendimento de que as interações no cenário internacional não são simplesmente condicionadas por uma estrutura dada, mas essa mesma estrutura é construída pelos atores, no curso de suas interações e de suas criações de sentido. Trata-se, claro está, de princípio caro às abordagens da teoria crítica de autores como Robert Cox, e da perspectiva construtivista de autores como Emanuel Adler e Alexander Wendt, para quem “a anarquia é o que os Estados fazem dela” (1992).

Para as finalidades deste nosso encontro, eu gostaria sobretudo de enfatizar a preeminência das idéias compartilhadas apontada por esse marco teórico, sem no entanto perder de vista a relação dialética entre o poder das idéias e o controle de recursos materiais. Quero com isso dizer que não devemos, por exemplo, passar recibo de afirmações idealistas do tipo “o subdesenvolvimento é um estado

* Originalmente apresentado no II Colóquio Brasil-Alemanha de Relações Internacionais (FIB/UFBA/Fundação Konrad-Adenauer), em Salvador, março de 2003. Submetido ao Colégio Editorial de *C&P* em agosto de 2003.

** Escritor, mestre em relações internacionais pela PUC-RJ, assessor de relações internacionais da Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

de espírito”¹, sem dúvida muito convenientes para quem deseje ignorar a realidade das relações de poder; no entanto, julgo necessário refletir sobre o quanto pode haver de verdade numa proposição desse tipo, e portanto em que medida negar as relações entre subdesenvolvimento e estado de espírito possa ser conveniente para quem queira evitar a tematização da vulnerabilidade ideológica.

A noção de que as relações sociais são estruturadas por idéias compartilhadas é essencial para a compreensão do fenômeno da hegemonia, no sentido gramsciano: ao ator hegemônico interessa a institucionalização de práticas cognoscivas que o beneficiem, permitindo a preservação de seu diferencial de poder. Ou seja, se a realidade social é constituída essencialmente por estruturas de conhecimento, com base em significados compartilhados (isto é, intersubjetivos), que determinam o real e o irreal, o concebível e o inconcebível, o positivo e o negativo, e assim por diante, o controle sobre a produção e reprodução desses significados permite uma boa margem de controle sobre a própria realidade. Trata-se, evidentemente, de um controle mais estável e menos custoso ao *hegemon* que a contínua e deliberada imposição de normas e punição dos desviantes: o grande mérito de determinar os significados compartilhados em que se baseiam identidades, interesses e práticas sociais está em conquistar a concordância dos participantes, que tomam para si e se tornam espontaneamente reprodutores desses significados. Como salienta Adler: “A habilidade de criar as regras por trás do jogo, de definir o que constitui um jogo aceitável, e de ser capaz de levar outros atores a se comprometerem com essas regras, porque elas são agora parte de sua autocompreensão, é talvez a forma de poder mais sutil e efetiva” (ADLER:1999:224). Esta forma de poder mais sutil e efetiva que aquela baseada na coerção é definida por autores como Joseph Nye

¹ *Underdevelopment is a State of Mind – The Latin American Case* é título de livro de Lawrence Harrison, ex-funcionário do USAID, citado em HARRISON, Lawrence E. & HUNTINGTON, Samuel P.: *A cultura importa – Os valores que definem o progresso humano*, Rio de Janeiro, Record, 2002.

(1990) como *soft power*, ou poder suave, significando a habilidade por parte do ator hegemônico de levar os demais atores a desenvolver preferências e definir seus interesses de acordo com os interesses dele *hegemon*.

Como Nye elucida de modo conspícuo, um dos principais instrumentos de preservação e expansão do atual poderio estadunidense é a sua indústria cultural. Da mesma forma, quer me parecer que é na área da cultura que se jogam as cartas cruciais para os projetos nacionais dos países que ocupam outras posições no cenário internacional, como os países latino-americanos e aqueles que compõem a União Européia. Voltaremos a essa questão, que consiste no tema propriamente dito desta conferência, mas antes gostaria de tecer algumas considerações sobre um elemento crucial das relações sociais, que perpassa as relações culturais entre os povos, qual seja, o mito.

Do meu ponto de vista, há uma relação bastante nítida entre aquilo que os construtivistas definem como entendimento compartilhado, e o que Roland Barthes (2001) define como mito. Para Barthes, o mito é uma fala, mas não uma fala qualquer. O mito é uma fala que logrou ser percebida como um sistema de fatos, quando se trata na realidade de um sistema de valores. Assim, por exemplo, a idéia de que a estabilidade e o crescimento econômico passam necessariamente pela redução do papel indutor do Estado é largamente consumida hoje, sobretudo nos países mais vulneráveis do ponto de vista ideológico, como um dado da realidade, uma evidência inescapável, e não como produção teórica de uma linha de pensamento econômico de caráter conservador. É de tal forma preeminente essa compreensão, que mesmo projetos políticos que a ela se opõem se vêem envolvidos nela ao assumir o poder estatal, tornando-se as lideranças supostamente revolucionárias elas mesmas apologetas do "déficit zero". Talvez não haja melhor demonstração do vigor de uma fala mítica que o fato de ela ser reproduzida mesmo por aqueles que conscientemente se opõem a ela com toda a força.

Como toda fala, como toda produção humana enfim, o mito é histórico, ou, como afirma Barthes, "é a história que comanda a vida

e a morte da linguagem mítica"; no entanto, é próprio do mito ser percebido como a-histórico, como algo natural. É precisamente esse dom de iludir que faz de um discurso qualquer um discurso mítico. Ainda sobre esse caráter ilusionista do mito, eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para as semelhanças que a língua portuguesa nos permite facilmente ver entre "mito" e "minto", ou ainda "omito".

Quando interpretamos uma fala mítica, um primeiro aspecto que nos salta aos olhos é o fato de ela pressupor a omissão de uma gama de elementos, os quais evidentemente haveriam de trazer contradições ao nosso entendimento, inviabilizando a eficácia do mito como tal. O mito é claro, nunca é em si mesmo contraditório. As contradições são parte do processo histórico, e o mito, em sua forma, é essencialmente a-histórico, como já dissemos. Um herói é um herói, e ponto. Não tratemos, pois, de seus medos e sua covardia, do contrário não teremos mais herói.

Nossa existência cotidiana, como o semiólogo francês bem o demonstrou, está permeada de mitologias. Parece-me claro que o mesmo se dá no plano das relações internacionais, e não poderia ser diferente. Antes de mais, os povos produzem e consomem mitos sobre si mesmos. Senão, vejamos.

Um mito muito saboreado pelos brasileiros, e utilizado de modo perspicaz por suas elites dirigentes, dá conta de que este é um país pacífico por natureza, onde as transformações políticas se dão sobretudo por meio de negociações, de entendimentos, sem o concurso de episódios brutais tão comuns nas histórias de outros povos. "Paz no futuro e glória no passado", diz o hino nacional, possivelmente um dos menos belicosos dentre os hinos nacionais, muito mais adequado a uma agremiação de ambientalistas que a um pelotão em alerta. A sustentar esse mito pacifista, figuram, por exemplo, episódios como a proclamação da independência e a queda da monarquia, ocorrida sem o estouro de um tiro, e o fato de o país há mais de um século não se envolver em conflito armado com seus vizinhos. Com efeito, o modelo da transição pela transação é útil para explicar quase todas

as transformações levadas a cabo pelas classes dirigentes, mesmo as que se deram em momentos dramáticos como a Revolução de 30 e a campanha pelas eleições diretas, em 1984.

Nada obstante, dificilmente se acomodam nesse discurso o fato de a nossa formação nacional ter se iniciado por meio do massacre dos povos indígenas que aqui viviam quando aportaram as naus portuguesas, e das populações africanas que para cá foram trazidas. Tampouco se acomodam os fatos brutais do período regencial, na segunda metade do século XIX, em que somente o emprego massivo da violência estatal, resultando em uma sucessão de episódios sangrentos, foi capaz de assegurar a indivisibilidade do território e a preservação das relações de poder institucionalizadas, bem como a supressão das demandas dos setores excluídos da população.

O fato é que o mito pacifista, confundindo elite e povo, se reproduz e segue vivo, podendo ser ouvido em cada fila de banco onde um cliente indignado resmunga, sem no entanto abandonar a passividade, que 'o brasileiro é muito passivo, não briga por seus direitos, como fazem outros povos, que vão para a rua e fazem o diabo'. Ora, se podemos afirmar que o brasileiro comum tem por característica a passividade, essa afirmação certamente encontra uma rica fonte de contradição na evidência de que, ao longo de nossa história, as tribos indígenas, os quilombos, os federalistas pernambucanos, os participantes das ligas camponesas e os sertanejos de Canudos, por exemplo, invariavelmente tomaram em combate.

Não pretendo me estender muito antes de voltar ao tema central deste nosso encontro, mas não posso deixar de mencionar um mito brasileiro que espantosamente continua a gozar de boa saúde, qual seja, o de que o Brasil tem 500 anos de cultura. Ora, esse discurso não é senão a afirmação de um sistema de valores segundo o qual a cultura propriamente dita é aquela que aqui chegou por volta de 1500, ou seja, a cultura européia. Essa fala não pode refletir para nós um sistema fático, se entendemos como fato a existência de qualquer coisa como 5 milhões de pessoas neste território quando da chegada dos portugueses, pessoas essas que, como em qualquer agru-

pamento humano, tinham por hábito produzir língua, dança, teatro, pintura, literatura, agricultura e ritos religiosos.

No que refere aos Estados Unidos da América, sua mitologia pode ser encontrada em uma vasta gama de fontes, talvez a mais vasta jamais produzida por uma só nação. Tomo apenas uma delas, a obra *Diplomacy* (1994), do ex-secretário de Estado Henry Kissinger. Ali se lê que os Estados Unidos são a primeira república criada conscientemente com base na idéia de liberdade, que aquele país possui o melhor sistema de governo do mundo, que nenhuma sociedade jamais insistiu com maior firmeza na inadmissibilidade da intervenção nos assuntos domésticos de outros Estados, e que se o mundo deseja realmente a paz, ele deve aplicar as prescrições morais dos Estados Unidos, as quais têm por base os ideais da democracia, do livre comércio e da legalidade internacional.

Como dissemos, o discurso mítico não comporta contradições, portanto não é casual que raramente atentemos para o fato de que a Declaração da Independência, de 1776, foi assinada por senhores de escravos. Da mesma forma, jamais se pensou em erguer memorial em homenagem às tribos indígenas expropriadas e exterminadas. Seria injusto afirmar que os princípios da liberdade e da democracia estejam ausentes da sociedade estadunidense, sobretudo em se levando em conta seu vigoroso ativismo civil; no entanto, a vinculação do Estado norte-americano com esses valores é algo mais difícil de estabelecer.

Recentemente, o então arcebispo de Boston, Bernard Law, enviou carta ao presidente George W. Bush, em que questionava a afirmação feita pelo mandatário, logo após os eventos de 11 de setembro, de que os Estados Unidos eram alvo do terrorismo por defenderem a democracia e os direitos humanos. Argumenta o arcebispo que os EUA são atacados por serem odiados, e são odiados por haverem, nos mais diversos países ao redor do globo, "obstruído a democracia, sufocado a liberdade e pisado os direitos humanos"².

² *Jornal do Brasil*.

Cita ele os casos da deposição de Mossadegh no Irã, e de sua substituição pelo xá Reza Pahlevi, para proteger o interesse financeiro das companhias de petróleo estadunidense, além dos casos do Chile, da Nicarágua e de outras repúblicas latino-americanas. Em suma, o sentido da argumentação do arcebispo é sublinhar que, ao longo do processo de consolidação da situação de superpotência alcançada ao fim do segundo grande conflito mundial, processo esse em que buscou incessantemente a organização do espaço global como o espaço de circulação de suas mercadorias e de seus interesses geopolíticos, os EUA lançaram mão cotidianamente do recurso ao terror e à brutalidade, inviabilizando a democracia, ignorando os direitos humanos e pondo em xeque o direito internacional.

George W. Bush demonstra ter clareza sobre o funcionamento do discurso mítico quando, em discurso em Nova Iorque, em junho de 2002, afirma a pertinência de se falar a linguagem do certo e errado (BUSH:2002). Com efeito, sem essa simplificação inicial, é inviável o recurso ao mito, e sem um massivo recurso ao mito se faz praticamente impossível justificar no plano da legalidade conceitos como o de guerra preventiva, bem como a necessidade de destruição de uma depauperada ex-potência do Oriente Médio subitamente alçada à condição de ameaça à paz mundial³.

A União Européia, por sua vez, tem se esforçado para preservar o mito de que o racismo e a intolerância estão definitivamente banidos de seu território, e que os países que a compõem celebraram compromisso inabalável com a democracia e os direitos humanos.

³ A detenção e acorrentamento de um cineasta iraniano no aeroporto de Nova Iorque, a miríade de arbitrariedades envolvida no seqüestro e confinamento de cidadãos afegãos na base de Guantánamo, em Cuba, o estupro da OPAQ e a farsa burlesca do ataque ao Iraque são fatos carregados de simbolismo, à espera de interpretação. Uma leitura possível de toda essa brutalidade seria que os Estados Unidos da América teriam levado tão longe a defesa de seus valores a ponto de se converterem nos maiores inimigos desses mesmos valores, como o Mikhael Kohlhas da novela de Heinrich Von Kleist, a quem a sede de justiça transformou num bandido impiedoso. Um risco, aliás, para o qual já alertava o general Eisenhower em 1962, em seu discurso de transmissão do cargo para John Kennedy.

Assim, o crescimento ocasional da extrema-direita na Áustria ou na França é recebido com uma estupefação generalizada que beira o farsesco. No caso da França, evita-se ver, ao que parece, que o partido de Le Pen, após uma estréia pouco impressionante no jogo eleitoral, vem obtendo votações significativas a cada pleito. Portanto, a derrota de Jospin para Le Pen no primeiro turno das eleições de 2002 pode ser vista não como um acontecimento isolado e extraordinário, mas como o resultado de um processo ao longo do qual as correntes de direita vieram ganhando a adesão da classe trabalhadora desiludida com as promessas não-cumpridas da social-democracia, e atemorizada diante das transformações encetadas pelo processo de unificação e do afluxo contínuo de imigrantes ilegais, afluxo este que traz ao menos uma conveniência para o capitalismo europeu, qual seja, a de regular o sistema de preços e salários, ancorando-o em níveis baixos.

O problema do crescimento da intolerância e da imigração remete, pois, a pelo menos duas questões incômodas para o mito europeu, quais sejam, a barbárie do passado imperialista e colonialista e a experiência nazi-fascista. Sobre a esta última, é interessante pontuar como o discurso mítico se esforça por vinculá-la exclusivamente aos regimes liderados por Hitler e Mussolini, e pelas idiosincrasias desses líderes, o que levaria a crer que o fenômeno da intolerância, da negação do diferente, teria se iniciado com a ascensão desses líderes ao poder, e teria se extinguido com a morte destes. Desse modo, Mussolini e sobretudo Hitler não seriam senão excrescências, absolutas anormalidades destituídas de paralelos, num continente e numa comunidade desde sempre consagrados à harmonia e ao respeito aos direitos humanos. No entanto, caberia ver que o problema da intolerância no continente europeu deita raízes no passado distante; basta-nos, por ora, trazer à lembrança as Cruzadas e a Inquisição na Idade Média, e o imperialismo de fins do século XIX, cuja base ideológica era o racismo. Ademais, caberia questionar se a intolerância racial poderia ser circunscrita, digamos, à Alemanha sob Hitler, levando-se em conta que diversos países europeus, como a França,

silenciaram sobre o assassinio de judeus até descobrirem que havia cidadãos seus entre os mortos; que a rigor nenhuma voz se levantou em defesa dos ciganos, também eles sistematicamente massacrados, e que funcionários nazistas como Eichman, raptados no território argentino por Israel, foram julgados neste país por “crimes contra o povo judeu”, e não por crimes contra a humanidade (ARENDR: 2000).

Perguntado sobre o que pensava da civilização ocidental, o líder hindu Mahatma Gandhi respondeu: “Acho uma boa idéia.” Talvez fosse o caso de considerarmos a tolerância também ela não um fato consumado, mas um projeto, uma idéia que começará a ganhar corpo a partir de novas práticas políticas, econômicas e sociais que permitam tornar-se hegemônica a convivência da diferença com a igualdade.

Se quisermos implementar no longo prazo essas práticas, e enraizá-las, não podemos adiar o diálogo sobre as questões culturais.

II

As questões culturais costumam ocupar, no debate político, um espaço muito limitado, desproporcional à sua importância. No Brasil, o tema esteve quase ausente das últimas campanhas eleitorais, e a baixa prioridade com que é tratado se expressa na parcela pífia do orçamento federal destinada ao Ministério da Cultura, bem como na inexistência de uma política cultural no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (ao contrário do que se dá em países como Alemanha, França, Inglaterra e Japão, para não falar no caso singular dos Estados Unidos). O tipo de incentivo cultural adotado no Brasil nos anos recentes consistiu sobretudo numa transferência de recursos públicos à iniciativa privada, por meio de renúncia fiscal, transferindo-se também para essa iniciativa privada a prerrogativa de decidir sobre o que se deve ou não fazer na área cultural.

Como interpretar essa postura tímida, senão omissa, do Estado brasileiro em relação às questões culturais? Uma das chaves para

compreender o fenômeno talvez seja a relação problemática, entre admirada e envergonhada, das elites políticas com as expressões culturais da maior parte da população, distanciada do exercício do poder. O brasileiro das classes privilegiadas é formado entre duas matrizes que pouco dialogam e pouco se entendem, a saber, a cultura local produzida direta ou indiretamente pela gente comum do povo, de escolaridade geralmente baixa, e a cultura dita cosmopolita, industrializada nos centros hegemônicos ou seguindo padrões neles estabelecidos. Assim, da mesma forma como Gilberto Freyre afirmava que o senhor de engenho brasileiro era um ser dividido psicologicamente entre uma metade dócil e cordial (a que lidava com seus pares) e outra metade sádica e brutal (a que lidava com os subordinados), podemos supor que exista em cada brasileiro integrante do topo da pirâmide social uma espécie de conflito afetivo, uma vacilação entre a adesão à produção cultural hegemônica, supostamente mais sofisticada, e o seu vínculo com a cultura doméstica. Senão, como entender que as cerca de duas mil agremiações criadas por aficionados por samba em países como México, Finlândia, Austrália, Israel, Holanda e Itália não recebam qualquer atenção do Ministério das Relações Exteriores brasileiro? Como podemos entender, sem remissão à questão ideológica, o fato de existirem no Japão cerca de 30 escolas de samba ignoradas no Brasil, e de executivos da indústria fonográfica daquele país demonstrarem mais interesse pela produção de discos de samba e chorinho do que seus pares brasileiros?

Outro caminho para explicar o apoio quase simbólico do Estado brasileiro à área cultural pode ser o seguinte: o Estado brasileiro ainda não reconhece a vulnerabilidade ideológica como problema estratégico, que afeta decisivamente o seu desenvolvimento. Isto porque a própria vulnerabilidade ideológica dificilmente é percebida e tematizada, o que não é senão reflexo de sua dimensão e profundidade. Um mito muito difundido no seio da burocracia brasileira, em todos os níveis, é o de que o país 'não pode se dar ao luxo' de ter uma política cultural, em face da escassez de recursos e dos graves problemas sociais que precisa enfrentar. Caberia, acredito, inverter essa

assertiva e entender que, justamente em função desses problemas e dessa escassez de recursos é que o país não pode abrir mão de uma política cultural.

Para compreendermos a importância estratégica da cultura, e a lógica preeminência das questões culturais em relação às demais (ao contrário do que habitualmente se pensa), gostaria de salientar dois pontos:

- 1) As manifestações culturais têm valor estratégico porque elas lidam diretamente com os afetos, com os sentimentos; ao contrário do que nossa vã filosofia cartesiana pode nos levar a crer, nós somos fundamentalmente os nossos afetos. Esquemáticamente, podemos dizer que nossos raciocínios sempre chegam atrasados em relação a nossos afetos, eles não fazem senão se sobrepor a uma estrutura já formada. "Lutar com o coração é uma luta que se paga com a vida", dizia o grego Heráclito; evidente, pois, que o melhor caminho para atingir as mentes é o coração;
- 2) As manifestações culturais têm valor estratégico porque é essencialmente por meio delas que conhecemos o mundo, e portanto é por meio delas que se forma o nosso imaginário. Como exemplifica o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, "[...] a esmagadora maioria dos fatos e das interpretações que conhecemos sobre o passado do próprio Brasil e do mundo depende da elaboração intelectual e cultural de historiadores e artistas, em especial os criadores de obras audiovisuais e literárias, por mais que elas sejam consideradas como obras de ficção". (GUIMARÃES:2002:3)

Isso visto, qual é a situação do Brasil e dos demais países latino-americanos em relação à oferta de bens culturais? Não é segredo para ninguém que as populações desses países são submetidas continuamente a uma dieta sobrecarregada de bens culturais provindos de um único país, os Estados Unidos, diante dos quais as suas próprias produções disputam espaço em situação de desvantagem, e as produções dos demais países não encontram senão um espaço ocasio-

nal, marginal, quase clandestino. E não poderia ser diferente, levando-se em conta, de um lado, o elevadíssimo volume de negócios representado pela indústria cultural dos EUA, e a disposição inabalável do governo daquele país em derrubar todas as barreiras possíveis à livre circulação dos seus produtos, e de outro a existência, nos países sul-americanos, de elites político-econômicas tradicionalmente muito mais propensas a uma associação de caráter subalterno com o capital estrangeiro, inclusive defendendo a liberdade de monopólio, do que à laboriosa construção de um projeto nacional minimamente autônomo.

Referindo-se a dados colhidos pela UNESCO em 1981, Joseph Nye afirma que àquela época:

- 1) O volume de exportações de programas de televisão dos EUA era 7 (sete) vezes superior àquele do segundo país na lista dos maiores exportadores, a Grã-Bretanha;
- 2) Embora os filmes estadunidenses correspondessem a apenas 6 ou 7 por cento de toda a produção mundial, eles ocupavam cerca de cinquenta por cento do tempo total de exibição nas salas de cinema; e
- 3) Os EUA eram responsáveis por 80 por cento das transmissões e processamento de dados em escala mundial. (NYE:1990:194)

Tomando-se ao acaso a programação de filmes de algumas das maiores emissoras da TV aberta brasileira para a semana de 9 a 15 de março de 2003⁴, temos que está prevista a exibição de 19 filmes, sendo todos produções estadunidenses, à exceção de uma produção de Hong Kong e outra da Austrália. Gostaria de propor aos senhores uma reflexão sobre se este seria o padrão ideal de oferta cinematográfica para o público brasileiro.

De minha parte, estou convencido de que não, e explico. Em primeiro lugar, quero salientar, lembrando o que afirmou recente-

⁴ Folha de São Paulo, "TVFolha", 9 de março de 2003.

mente com brilhantismo, em Porto Alegre, o professor Boaventura Souza Santos, que todas as culturas são incompletas. Nenhuma matriz cultural — seja hindu, seja chinesa, islâmica, indígena ou anglo-saxã — é capaz de oferecer um panorama completo das possibilidades humanas: nenhuma é capaz de responder a todas as perguntas, e nenhuma é capaz de formular todos os desejos. Todas as culturas são, portanto, imperfeitas, e é essa imperfeição a base para o que quer que desejemos chamar de diálogo multicultural. Nessa linha de raciocínio, é lógico que o conhecimento de uma única cultura conduz ao empobrecimento, e o conhecimento de uma diversidade de culturas é em si mesmo enriquecedor.

Em segundo lugar, quero pontuar alguns efeitos indesejáveis para um país como o Brasil, resultantes da importação monocultural em quantidades hipnotizantes, intoxicantes, seja qual for a matriz exportadora. O efeito mais imediato é a redução do espaço para a própria produção doméstica, o que tem conseqüências para o desenvolvimento da indústria e a geração de emprego e renda, além de limitar o conhecimento dos nacionais em relação à sua própria cultura e história, dificultando o estabelecimento de laços de solidariedade entre os habitantes. Ademais, a dieta monocultural ou bem limitada a quase zero o grau de informação dos brasileiros em relação a outros povos com os quais partilham laços culturais ou poderiam vir a estabelecê-los, ou bem induz à absorção de mitos e estereótipos que em nada têm a ver com a nossa própria experiência. Com efeito, como explicar que, embora Bogotá esteja a poucas horas de vôo de São Paulo, os brasileiros desconheçam por completo a vitalidade da música colombiana, como desconhecem por completo a rica literatura daquele país, à exceção de um único autor? Só posso pensar em uma espécie de força invisível como aquela que torna os convivas de um jantar, num filme de Luis Buñuel, incapazes de atravessar a fronteira para o cômodo vizinho, muito embora não exista sequer uma porta a barrar-lhes o caminho. E não posso deixar de crer que esse anjo exterminador que aparta uns dos outros os vizinhos latino-americanos tenha nítidos contornos ideológicos.

Mencionei alguns efeitos deletérios da importação monocultural, e poderia citar outros; todos, no entanto, decorrências de um mesmo problema, qual seja, a absorção intoxicante, para além de qualquer possibilidade de elaboração, de símbolos, crenças e valores produzidos por outro ambiente sócio-cultural, propiciando a formação de indivíduos com identidade informe, para quem, como diria Paulo Emílio Salles Gomes, nada é estrangeiro, porque tudo o é.

A carência de uma diplomacia cultural se expressa de modo pungente, e até melancólico, quando um governo brasileiro às voltas com toda ordem de constrangimento econômico decide adotar solenemente o lema "exportar ou morrer", e percebe ser bem mais fácil realizar a segunda alternativa que a primeira. Isto não apenas em função de uma plethora de barreiras tarifárias e não-tarifárias, encobertas e explícitas, como também em vista do quase total desconhecimento em relação ao país por parte de potenciais parceiros comerciais, desconhecimento esse que dificulta em muito, se não inviabiliza, o estabelecimento de laços de cooperação dos quais um dos subprodutos seria o intercâmbio comercial. Levando-se em conta, de um lado, a atração que de modo quase acidental as manifestações culturais brasileiras exercem continuamente sobre indivíduos das mais diversas origens, e de outro a importância estratégica da ampliação dos recursos de poder suave para o desenvolvimento do país, não podemos deixar de nos espantar diante a inércia e passividade com que o Estado brasileiro vem tratando sua diplomacia cultural.

Nesse sentido, é preciso admitir que temos o que aprender com diversos países europeus, e cito em especial a França e a Alemanha, os dois pilares da integração regional. Como afirma Jacques Rigaud em relatório de 1979 encomendado pelo Quay d'Orsay: "É verdade que se a França, do Japão ao Brasil, é vista como 'diferente', e tem um peso superior àquele resultante de seu PIB, isso se dá em razão de uma vigorosa presença cultural." E acrescenta: "Não é exagero dizer que é em razão de sua imagem cultural que a França pode ainda aspirar a um papel mundial." (RIBEIRO: 1989)

Além dos retornos invisíveis, não devemos ignorar os retornos bem visíveis obtidos a cada ano pela França com a exportação de produtos editoriais, por exemplo. Mesmo o mais tolo administrador de empresas orgulhoso de seu MBA haverá de convir que essa receita da ordem de 70 milhões de dólares ao ano seria impossível sem um cotidiano investimento na defesa e expansão do idioma francês, base da atuação cultural francesa.

No caso da Alemanha, a traumática experiência da guerra e do holocausto, que tem entre seus subprodutos o estabelecimento de um estigma indelével, condicionou decisivamente sua política externa, trazendo o aprendizado da necessidade de uma política cultural internacional baseada na recuperação de valores como humanismo, internacionalismo e pluralismo. Além disso, a estrutura descentralizada da diplomacia cultural alemã, em certos aspectos semelhante àquela do Reino Unido, pode ser vista como um bom exemplo de como evitar arbítrios e garantir transparência. De um modo mais geral, contudo, o esforço alemão por recuperar seu prestígio internacional certamente há de ter muito a ensinar a um país como o Brasil, na medida em que este, embora seja geralmente percebido de um modo positivo em outros países, não está livre de ser estigmatizado em razão de crimes ambientais e violações de direitos humanos fundamentais que insistem em se perpetuar.

As experiências históricas são particulares e intransferíveis, mas os países latino-americanos, neste momento em que as circunstâncias parecem favorecer um genuíno processo de aproximação, não podem ignorar o cabedal de conhecimentos proporcionado pelos erros e acertos dos países europeus no decorrer de seu longo processo de unificação.

É escusado dizer que existem laços culturais profundos entre União Europeia e América Latina. No entanto, não devemos nos iludir supondo que esses laços, por si sós, condicionem uma relação amistosa e equilibrada. Não é assim. A transformação desses laços num intercâmbio contínuo, equilibrado e produtivo depende de vontade política, e uma vontade política que vá além da ação discursiva, ensejando novos modos de agir e pensar. Como aquela vontade que

pôs fim aos conflitos em torno da Alsácia-Lorena e, meio século depois, fez nascer uma confederação de Estados, capaz de alterar as relações de poder no sistema internacional.

O intercâmbio cultural com os países da União Européia pode servir a objetivos nacionais estabelecidos pelos povos latino-americanos, como o desenvolvimento econômico e a inserção social, objetivos estes que se apoiam, de modo mais imediato, no incremento do turismo, dos investimentos produtivos e do intercâmbio comercial. No entanto, espero haver demonstrado, com o exposto aqui, que o incremento do intercâmbio cultural entre América Latina e União Européia responde a uma necessidade estratégica de maior profundidade e abrangência, a saber, a redução da vulnerabilidade ideológica. Ou seja, a necessidade de nos tornarmos efetivamente sujeitos de nossa história, e não consumidores passivos de mitos importados.

Obrigado.

Bibliografia

- ADLER, Emanuel (1999): "O construtivismo no estudo das relações internacionais", *Lua Nova*, nº 47, São Paulo, CEDEC.
- ARENDDT, Hannah (2000): *Eichmann em Jerusalém*, São Paulo, Companhia das Letras.
- BARTHES, Roland (2001): *Mitologias*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BUSH, George (2002): "A estratégia de segurança nacional dos EUA", *Política Externa*, vol. 11, nº 3, São Paulo, USP/Paz & Terra.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2002): "Por uma política cultural eficaz", capturado em: 17/12/2002. Na Internet: www.agenciartamaior.com.br.
- KISSINGER, Henry (1994): *Diplomacy*, New York, Touchstone.
- NYE, Joseph (1990): *Bound to Lead – The Changing Nature of American Power*, Nova Iorque, Basic Books.
- RIBEIRO, Edgard Telles (1989): *Diplomacia cultural – seu papel na política externa brasileira*, Brasília, IPRI/FUNAG.
- WENDT, Alexander (1992): "Anarchy is What States Make of it: The Social Construction of Power Politics", *International Organization*, nº 46 (2), pp. 129-165.